



## GT 047. Nas tramas do viver: entre governos, escritas e antropologias da dor

Natália Corazza Padovani (Pagu / UNICAMP) - Coordenador/a, Leticia Carvalho de Mesquita Ferreira (CPDOC/FGV) - Coordenador/a

Este GT d? continuidade h? um debate iniciado em 2015, que respondia a tr?s distintas ordens de problemas: a dimens?o ?tica da dor, as t?cnicas de governo e a escrita etnogr?fica. Preocupados por aspectos do viver que muitas vezes s?o esquecidos, sublimados e controlados, mas, todavia constituem e animam a vida cotidiana, neste GT, propomos, agora, uma nova rodada de debates. Para tanto, temos o intuito de reunir etnografias que analisem as variadas articula?es entre t?cnicas de governo e modalidades de sofrimento, explorando tais dilemas a partir de diferentes perspectivas. Seu vi?s anal?tico ? o desafio de transpor terminologias locais para termos correlatos como ?dor?, ?sofrimento?, ?sofrer?; os desafios metodol?gicos ? como fazer etnografia de/em situa?es de sofrimento?; e suas composi?es ?ticas - at? onde ir na partilha da dor com nossos interlocutores? Como evitar uma compaix?o desenfreada ou um desejo de governo renovado? Ao acreditarmos que o sofrimento/dor apresenta-se como condi??o comum a variados contextos de pesquisa, esperamos receber contribui?es que, independentemente de v?nculo disciplinar, estejam, por um lado, atentas a como a for?a ?tica produtiva do sofrimento pode, em muitos contextos, ceder espa?o ? for?a produtiva do governo, a fim de produzir sujeitos e popula?es govern?veis. E, de outro lado, n?o se furtem a descrever a dor como modo de viver o mundo, cujo modo situado de an?lise incide em formas de narrar e produzir etnografia.

### **Dor, sujei?o e ativismo em um coletivo de m?es de v?timas de viol?ncia estatal**

**Autoria:** M?rcia da Silva Pereira Leite

Durante alguns anos, pesquisando coletivos de m?es de v?timas de viol?ncia estatal no Rio de Janeiro, valorizei em meus works a categoria que as ?m?es? empregavam no espa?o p?blico para mobilizar e legitimar seus coletivos e suas a?es pol?ticas: a ?dor da perda?. Dor generificada (Das, 2008) a partir da viv?ncia dessas mulheres nos quadros da sociedade brasileira (?a m?e sofre mais...) e explicada com o recurso a Gertz (1978) e aos ?la?os primordiais?. Mas, acompanhando esses coletivos, me saltava aos olhos a inscri?o dessa dor nos corpos das ?m?es?. Todas tinham ?problemas de sa?de?. Muitas, problemas no aparelho reprodutivo e/ou press?o alta, problemas card?acos e diabetes ? ?s?o as dores do trauma?, diziam. Essas falas se davam em conversas privadas, nos encontros antes e depois dos atos p?blicos, preparando-os, ou comentando-os posteriormente. Nunca as abordei, considerando que contrastavam fortemente com a imagem da ?m?e guerreira?, que tem certeza da injusti?a praticada pelo estado contra o filho, e que constitu?ia um elemento importante do repert?rio acionado na ?luta? (Vianna e Farias, 2011; Vianna, 2014). Pretendo agora aprofundar um movimento em que tenho buscado me debru?ar sobre a quest?o e trat?-la nos m?ltiplos planos em que nos convoca a pensar (e a agir): como a dor ? inscrita em seus corpos, em suas subjetividades e em seus cotidianos prec?rios. Neste paper discuto, com base em um caso etnogr?fico, como a dor/as dores se inscreve(m) nos corpos das ?m?es? e como produzem subjetividades e agenciamentos, enfocando tanto a dor f?sica associada a doen?as como aquelas produzidas pela morte simb?lica do/as filho/s promovida pelo estado ao desqualific?-los como ?bandidos? e traficantes, pelo aviltamento de seus cad?veres em institui?es estatais, e pelo tratamento indigno conferido a elas pr?prias durante os processos judiciais como estrat?gia de deslegitima?o de suas ?lutas?, como indica a literatura. Penso tamb?m uma outra dor relacionada aos ?tr?nsitos religiosos? das ?m?es?. Muitas s?o evang?licas, mas se ?afastam? da igreja em sua milit?ncia, tanto porque suas igrejas n?o aceitam bem a sua ?luta?, como porque a linguagem dominante dos movimentos sociais no pa?s ? a cat?lica. Deste vi?s, discuto se e como o



repertório político da ?luta? vem promovendo a subordinação e o ocultamento do privado sob o público, invisibilizando mais uma dimensão e um sentido dessas dores.



## Boas Vindas

A Associação Brasileira de Antropologia e a Universidade de Brasília dão as boas-vindas aos participantes da 31ª Reunião Brasileira de Antropologia! O encontro será realizado entre 9 e 12 de dezembro deste ano e traz como temática geral “Direitos Humanos e Antropologia em Ação”.

O início da nossa RBA se fará em contexto que precederá não só o novo governo eleito, como a nova Legislatura. Sua realização em Brasília permitirá dar maior visibilidade aos debates e reflexões antropológicas sobre os Direitos Humanos no Brasil.

Teremos atravessado o ano eleitoral que terá adicionado maior tensão ao atual contexto político. Hoje, estamos diante da crise econômica, do aumento das forças conservadoras e do decréscimo substantivo dos recursos financeiros necessários ao desenvolvimento da ciência e tecnologia, em especial das ciências humanas.

A temática desta Reunião visa refletir sobre a atual situação e o futuro dos Direitos Fundamentais inscritos na Constituição de 1988. Estão em risco os direitos ao reconhecimento e à territorialidade de indígenas, quilombolas e povos tradicionais, e aos direitos ambientais.

Da mesma forma, o Congresso Nacional alcunhou o conceito de gênero, de “ideologia de gênero” e retirou do Plano Nacional de Educação 2014/2020 as referências a procedimentos e medidas educacionais que visavam combater a discriminação de gênero. Deixou-se assim a descoberto no Plano educacional, ganhos importantes das movimentações sociais feministas, das movimentações pelos direitos à diversidade sexual, e das movimentações sociais pelo combate ao racismo que, de forma múltipla e/ou compartilhada, estimulavam e consolidaram estudos da interseccionalidade de gênero, sexualidade, raça e classe.

Depois de vários anos, pela terceira vez, (a primeira em 1984, a segunda em 2000), a Reunião será realizada na Universidade de Brasília. De 2000 para cá expandiram-se os programas de pós-graduação, departamentos e unidades que incorporam antropólogos/as em seu corpo docente e que incorporam conhecimentos antropológicos no seu ensino. Em especial, expandiu-se a incorporação de estudantes indígenas e de estudantes negros/as, pardos/as e de estudantes advindos das escolas públicas, nos cursos de graduação e nos de pós-graduação.

Contaremos com o apoio, não somente das áreas onde se congregam tradicionalmente os antropólogos/as, mas também dessas múltiplas áreas de ensino que na UnB se expandiram pela nucleação de estudos que incorporam a Antropologia nas áreas de saúde coletiva, artes visuais, educação e nos estudos que se dedicam aos povos tradicionais e questões ambientais.

Contaremos com o apoio relevante do Departamento de Antropologia e do seu Programa de Pós-graduação em Antropologia Social (PPGAS) criado o Mestrado em 1972, e, em 1981, o doutorado. O PPGAS se orgulha em manter os níveis mais altos da avaliação da CAPES através da prontidão contínua de seus/suas docentes e discentes.

Teremos o apoio do Instituto de Ciências Sociais (ICS), e de seus/suas docentes e discentes. Congrega os Departamentos de Antropologia (DAN), Sociologia (SOL) e Estudos Latino- Americanos (ELA). O ICS é responsável pelo curso de Ciências Sociais e suas habilitações em Antropologia (Bacharelado), Sociologia (Bacharelado) e



Ciências Sociais (Licenciatura) e pelos Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Programa de Pós-Graduação em Estudos Comparados sobre as Américas.

Teremos também o apoio do Centro de Desenvolvimento Sustentável (CDS), que oferece o curso de Mestrado em Sustentabilidade junto aos Povos e Terras Tradicionais (MESPT); o apoio da área de Saúde Coletiva da Faculdade de Ceilândia (FCE); da Faculdade de Saúde Coletiva (FS); da Faculdade de Educação (FE); do Instituto de Artes (IDA) e o forte apoio da Reitoria e da Administração Superior da UnB.

Brasília é um dos espaços que mais abriga antropólogos e antropólogas que desenvolvem atividades profissionais em órgãos do Estado, em órgãos da Justiça e do Ministério Público e em organizações não governamentais. Esse cenário permitirá sua forte contribuição aos debates e a maior visibilidade da área.

E, por fim, Brasília cada vez mais se apresenta como uma cidade com importância turística, ambiental, qualidade de vida e relevância dos movimentos sociais.

Um grande abraço de Boas Vindas,

**Lia Zanotta Machado - Presidenta da ABA**  
**Diretoria da ABA 2017/2018**  
**Comissão Organizadora da 31ª RBA**

**Realização:**



**Apoio:**



**Organização:**

